

Como a linguagem molda a memória episódica: uma proposta enativista radical

How language shapes episodic memory: a radical enactivist approach



10.21680/1983-2109.2024v31n66ID34584

José Carlos Camillo

Universidade Federal De Goiás (UFG)

josecarloscamillo@gmail.com

Resumo: O enativismo radical defende que cognição básica não é composta por computações de informações representacionais. Diante dessa proposta, a memória episódica (de eventos que alguém viveu) pode se tornar um desafio para essa abordagem da cognição humana especialmente porque parece intuitivo que memórias representam os eventos passados. Neste artigo, esse problema será abordado a partir da discussão acerca de como a linguagem humana molda a memória episódica. Será argumentado que a linguagem afeta as funções da memória episódica de modo a concedê-la uma função comunicativa e, como tal, representacional.

Palavras-chave: *Memória episódica; Enativismo radical; Linguagem; Funções da memória.*

Abstract: Radical Enactivism (REC) states that basic cognition does not involve computation of representational information. Due to its antirepresentationalism, episodic memory (memory for one's personal past events) can become a challenge for REC because it is intuitive that memories represent the past events. In this paper, this problem will be addressed by focusing on how language shapes episodic memory. It will be argued that language affect the functions of episodic memory such that it acquires a new function: a communicative one. Consequently, memory acquires a representational aspect.

Keywords: *Episodic memory; Radical enactivism; Language; Memory functions.*

Introdução

O *enativismo* entende que cognição emerge da interação dinâmica entre corpo e ambiente e o *enativismo radical* defende que essa interação é suficiente para explicar formas básicas de cognição, não fazendo mão do uso de representações mentais para explicar processos cognitivos (Hutto & Myin, 2013). Aqui, representações mentais são entendidas como conteúdo (condições de satisfação) expressos sob uma perspectiva. Dessa forma, a atividade cognitiva não é sobre ou acerca de alguma coisa. Essa explicação da cognição está em harmonia com a ideia da cognição corporificada (Hutto & Myin, 2017) e com a Psicologia Ecológica (Carvalho e Rolla, 2020). Por isso, ela descarta a necessidade de representações mentais para explicar processos cognitivos já que o acesso do corpo ao ambiente e a emergência da cognição nessa interação se dá de maneira direta, não mediada por inferências ou computações mentais.

Dois principais argumentos têm sido usados pelos enativistas radicais para excluir a presença de representações mentais em atividades cognitivas básicas. O primeiro é o argumento epistemológico, segundo o qual o uso de representações mentais não é necessário para explicar as interações entre organismo e ambiente. O segundo é o argumento ontológico, segundo o qual representações mentais não têm uma base naturalista e, por isso, não conseguem explicar a cognição sob uma perspectiva naturalista (Rolla, 2021).

Numa primeira vista, quando se adota tal perspectiva, a memória episódica pode ser vista como um problema, já que ela se refere a algo que pode não estar mais presente no ambiente. Memórias episódicas têm sido definidas de várias formas. Neste artigo, considero como memória episódica o tipo de memória que reconstrói cenas do passado do sujeito (Cheng, Werning e Suddendorf, 2016).

Como não fazer uso de representações mentais e ao mesmo tempo lidar com algo que não está mais presente? Como essas imagens mentais podem não ser sobre o passado do sujeito? Hutto e Myin (2017) resolvem essa questão dizendo que a memória é uma habilidade de construir simulações de eventos, apelando para uma versão da proposta simulacionista de Michaelian (2016). E uma *memória episódica pura* é composta apenas de informação simulacional, não sendo, dessa forma, *acerca de* um evento passado. Ou seja, não tendo condições de satisfação e, portanto, não representando o passado. Essa simulação é uma construção de cenário (Cheng, Werning e Suddendorf, 2016) que tem similaridades com a experiência perceptual passada. Mas essa similaridade não é suficiente para que a simulação seja acerca da experiência perceptual. Logo, a simulação não representa a experiência perceptual. Antes, é uma forma de alinhamento entre organismo e ambiente em que a simulação (imagem

mental) permite que o corpo simule um padrão de resposta que teve num evento passado (Caravà, 2021).

Em suma, apesar de memória episódica ser potencialmente problemática para o enativismo radical, enativistas respondem que o conteúdo (condições de satisfação ou *aboutness*) não está presente em memórias episódicas puras. No entanto, cotidianamente consideramos que a memória episódica *representa* o passado e que se minha representação atual não condiz com o que de fato ocorreu no passado, minha representação atual falhou, ou seja, há condições de satisfação de minha memória. O enativismo radical, no entanto, não explicita como uma memória episódica pura pode adquirir condições de satisfação. Este ensaio aborda essa questão, utilizando-se de um aspecto dela. Mais precisamente, Barrett (2011) argumenta que a linguagem pode conceder habilidades cognitivas novas e também moldar algumas habilidades cognitivas existentes. Neste ensaio, influenciado por Barrett, proponho preencher o vazio deixado pela proposta enativista radical ao discutir algumas formas como a linguagem pode modificar a memória episódica¹, dando-lhe conteúdo, dentro da perspectiva do enativismo radical. Apesar de algumas propostas semelhantes terem sido feitas, elas se focam no aspecto evolutivo (filogenético) da influência da linguagem na memória (Seção 2). Neste artigo, acrescento aspectos de desenvolvimento (ontogenéticos) em que a linguagem influencia a memória, especialmente porque há pouca evidência para os aspectos evolutivos².

¹ Ao longo do texto, intercalarei ‘memória episódica’ e ‘memória’ de modo que a simples menção a ‘memória’ deva ser entendida como se referindo especificamente à ‘memória episódica’ a menos que algo diferente seja explicitamente expresso no texto.

² Hutto e Myin (2017) discutem influências ontogenéticas no modo como a memória adquire condições de satisfação. No entanto, como Rolla e Huffermann

Para isso, começarei apresentando resumidamente na seção 1 como a aprendizagem social modifica os processos cognitivos em geral e como a linguagem se encaixa nesse contexto. Logo depois, discutirei na seção 2 como a linguagem pode desenvolver funções diferentes na memória e como isso pode ter ocorrido numa perspectiva filogenética. Por fim, na seção 3 abordarei como modificação da memória pela linguagem se dá num contexto ontogenético e que outras alterações ela pode causar.

Aprendizagem social e a aquisição de conteúdo

Enativistas radicais argumentam que a aquisição de conteúdo se dá por meio de processos de aprendizagem social (Hutto & Myin, 2017; Rolla & Hufferman, 2021). A definição de aprendizagem social não é simples, mas por motivo de falta de espaço para discussões mais aprofundadas, nesse ensaio vamos considerar que aprendizagem social seja uma aprendizagem socialmente enviesada. Ou seja, o desenvolvimento de certas habilidades e eficiência que ocorre sob um contexto social (imitação, estímulo social, observação de outros indivíduos, artefatos deixados etc.) (Fragaszy & Perry, 2003; Fragaszy *et al*, 2013). Como o enativismo radical vê a cognição como emergindo da interação entre organismo e ambiente, a influência presente na aprendizagem social pode moldar a cognição em ao menos duas formas.

Primeiro, ela pode criar novas formas de interação entre organismo e ambiente. Por exemplo, macacos japoneses aprendem por influência social a manipular pedras para se divertir (Huffman, Nahallage & Neca, 2008). Não fossem

(2022) discutem, o enativismo radical se baseia grandemente na história evolutiva da cognição. Eles, porém, deixam de lado esse aspecto ao tratar da memória. Neste artigo, uno abordagens evolutivas (Seção 2) e mostro que há evidência para elas (Seção 3) nos processos ontogenéticos.

processos de aprendizagem social, tais macacos não interagiriam com o ambiente daquela forma. Outro exemplo é a lavagem de comida. Chimpanzés aprendem a lavar batatas antes de comê-las ao observarem outros macacos fazendo o mesmo (Schofield *et al*, 2018). O que é interessante em ambos os casos é que diferentes comunidades de macacos das mesmas espécies não desenvolveram essas habilidades. Por isso, parece que essas são habilidades novas que são aprendidas por meio de interação social.

A segunda forma como aprendizagem social pode moldar atividades cognitivas é modificar a forma como certos objetivos e interações corpo-ambiente já existentes passam a ser realizados. Em um estudo realizado por Cardoso e Ottoni (2016), por exemplo, foi analisado como habilidades aprendidas socialmente modificavam a forma como macacos resolviam problemas ao forragear. Os pesquisadores colocaram caixas contendo alimentos atrativos para os macacos pregos barbados em duas comunidades em habitats naturais. O teste era simplesmente pegar o alimento de dentro da caixa. O resultado foi que a comunidade em que se aprendia socialmente a pegar comida usando varetas resolveu o teste dessa forma enquanto a comunidade acostumada a quebrar cocos resolveu o teste de outra forma, isso quando foram capazes de resolver. A conclusão a que os pesquisadores chegaram foi que atividades e práticas sociais moldam como os macacos resolvem problemas na hora de procurar comida. Procurar e pegar comida é uma atividade comum para essa espécie, mas a forma como essa atividade é feita é afetada por aprendizagem social.

Quando uma comunidade de organismos, no entanto, compartilha conjuntos de símbolos e regras de comunicação (no caso dos humanos), um indivíduo aprende como compartilhar intencionalidade e, assim adquire linguagem. Esse processo é chamado de aculturação (Hutto & Myin,

2017). Em outras palavras, aculturação é o processo de assimilação de regras e códigos simbólicos numa determinada cultura. Esse processo pode ter provocado o desenvolvimento de uma nova habilidade (tal qual a lavagem de alimentos pelos chimpanzés): a vocalização (Sterelny, 2012). Porém, seu efeito mais comum deve ter sido moldar a forma como outras atividades eram realizadas.

Clark (1997) explica a formação de novas habilidades pela linguagem através da figura de uma tesoura. A tesoura faz uso de uma habilidade já existente no ser humano (coordenação motora) e dá por meio dela uma nova habilidade (cortar de maneira retilínea). Por exemplo, o controle das mãos e braços serve a diferentes propósitos como pegar alimentos, se coçar, fabricar ferramentas etc. Pode-se dizer, nesse caso, que movimentos das mãos não necessariamente têm conteúdo. Eles não representam nada, quando utilizados para as funções mencionadas. No entanto, numa comunidade em que se usam gestos e sinais manuais para a comunicação, movimentos de mãos adquirem conteúdo por serem realizados sob essa influência cultural. Dessa forma, enquanto uma sequência de movimentos na produção de um artefato não representa nada, outra sequência de movimentos pode indicar a presença de um predador se aproximando³. Nesse último caso, os movimentos apresentam uma condição de satisfação (a presença de um predador) por meio de uma perspectiva (gestos) e, por isso, são representações. Não são representações mentais, Rolla (2018) argumenta, porque não são individuais e desassociadas de um corpo ou comunidade. Antes, são representações sociais, pois dependem da

³ Reutilizando o exemplo de Clark (1997), a linguagem se utiliza de uma habilidade já presente (movimento das mãos) para produzir uma nova habilidade: comunicação simbólica. Inclusive, Sterelny (2012) argumenta que provavelmente foi dessa forma que a linguagem evoluiu: tomando capacidades já presentes na manufatura de artefatos e fazendo uso delas na comunicação.

existência de uma comunidade e das práticas comunicativas nela presentes.

Tendo em vista isso, resta saber como a linguagem pode ter moldado a memória episódica. Por isso, na próxima seção eu discutirei um pouco sobre qual é a função da memória episódica e como a linguagem pode (como no caso dos gestos e seguindo a ilustração da tesoura de Clark) acrescentar outra(s) função(ões) à memória.

Memória episódica e suas funções

Há muitos motivos para acreditar que a função da memória episódica pura não é recordar o passado, mas auxiliar na tomada de decisões e planejamento para o futuro. Nessa direção, tem sido argumentado que a memória episódica faz parte de um sistema cognitivo que também é responsável pela imaginação e que, por isso, devem ter funções similares. Addis (2020) defende a existência desse sistema conjunto por três razões: 1) memória e imaginação têm tipos similares de informação (construção de cenário, informações temporais etc.); 2) ambos têm formas similares de operação (ambos são construídos a partir de informação advindas de experiências passadas e dependem de fatores probabilísticos); e 3) ambos ativam áreas cerebrais semelhantes. Por fazerem parte de um mesmo sistema cognitivo, então, memória e imaginação teriam funções semelhantes. E como imaginação é muito importante para a tomada de decisão e para planejar o futuro, a memória também serviria para isso (Michaelian, 2016).

Além disso, de Brigard (2014) toma as aparentes falhas de memória para argumentar nessa direção. Isso porque existe evidência de que supostas falhas de memória na verdade estão mais associadas a uma memória saudável do que a uma memória com algum tipo de problema. Por

exemplo, relatos de memória de pacientes com demência tem proporcionalmente menos erros do que relatos de pessoas com memória saudável. Mais do que isso, pacientes com demência têm muita dificuldade de imaginar o futuro (Strikwerda-Brown *et al*, 2019). Por isso, o argumento de Brigand (2014) segue mais ou menos as seguintes premissas e conclusões:

1. Um sistema ineficiente seria abandonado ao longo do processo de evolução.
2. Um sistema ineficiente é um que não cumpre seu propósito com bons resultados e de modo econômico.
3. O sistema de memória não é econômico para o corpo (gasta muita energia e lida com muita informação).
4. O sistema de memória produz muitos erros quando se leva em conta o que de fato aconteceu no passado.

Conclusão 1: o sistema de memória seria ineficiente se sua função fosse se lembrar de modo acurado do passado.

Conclusão 2: o sistema de memória seria abandonado ao longo do processo de evolução.

5. O sistema de memória não foi abandonado ao longo da evolução.

Conclusão 3: logo, o sistema de memória não é ineficiente.

Conclusão 4: logo, a função do sistema de memória não é relembrar o passado de modo acurado.

A partir desse argumento negativo (pelo qual ele argumenta qual *não* é a função da memória) e associando a memória com a imaginação pelo que foi discutido nos parágrafos anteriores, ele defende que a função da memória deve ser antecipar o futuro para a tomada de decisão e planejamento.

Isso não está em desacordo com o que o entendimento do enativismo radical sobre a memória episódica pura. De fato, se ela não representa o passado, como brevemente apresentado na introdução deste ensaio, sua função então não pode ser representar o passado. Deve ser outra. No caso, servir de base para decisões presentes e futuras. O que também faz sentido na perspectiva da Psicologia Ecológica (com a qual o enativismo radical está em harmonia).

Van Woerkum (2021) se baseia na Psicologia Ecológica (PE) para defender que memória é uma ação pela qual um organismo consegue se engajar com affordances distais. Ele destaca que, para a PE, informação é o conjunto de regularidades e estruturas que o sistema perceptual de um indivíduo automaticamente detecta. Nesse caso, não é difícil perceber que detectar ‘regularidades’ depende da memória. Por isso, ele argumenta que, na PE, a função da memória deve ser calibrar o sistema sensório-motor de forma a resultar em melhores interações entre organismo e ambiente no presente e no futuro. Um exemplo é um coelho passando novamente por um lugar onde ele, várias vezes antes, viu um predador. Retomar a experiência passada (ou várias experiências, formando uma regularidade) permite tomar decisões melhores no presente. No caso do coelho, a melhor decisão é fugir daquele lugar.

No entanto, é preciso destacar que, tal como a coordenação motora das mãos pode ter diversas funções, a memória também pode. É o que defende Jablonka (2017). Ela apresenta a hipótese de que a memória acabou se tornando importante em contextos comunicativos e que, devido a sua associação com a linguagem, sofreu mudanças, ampliando suas funções⁴. Ela chama essa memória moldada pela

⁴ Mais uma vez o exemplo da tesoura de Clark (1997) se mostra pertinente. A linguagem se utilizou de uma capacidade que o ser humano já tinha (memória

linguagem de memória autobiográfica, que seria um tipo de memória episódica tal qual um gesto é um tipo de atividade motora com as mãos.

O argumento dela para essa função comunicativa da memória é de base filogenética. A partir de certo momento na história evolutiva dos hominídeos, os indivíduos começaram a se reunir em grupos mais complexos e organizados. Nesse contexto, aumenta-se a necessidade e a importância da comunicação. E compartilhar experiências seria muito importante para a realização de atividades em conjunto. Tanto que até hoje em comunidades nativas a troca de experiências é fundamental para caça ou coleta coletiva de alimentos (Jablonka, 2017; Sterelny, 2012). De fato, não é difícil entender as vantagens da prática de compartilhar experiências. De um lado, essa prática permite a ampliação da experiência de um indivíduo e de seu conhecimento sobre o mundo, já que o grupo como um todo terá mais experiência e conhecimento do que o indivíduo. Do outro lado, essa prática permitiria a transmissão de experiência e conhecimento ao longo de gerações, permitindo o desenvolvimento e acúmulo de cultura. Isso teria várias vantagens de sobrevivência, como evitar predadores e doenças, e como conseguir comida de diversas formas.

Contudo, apesar dessas vantagens, essa prática poderia levantar dois problemas. Primeiro, como já discutido anteriormente, a memória apresenta muitas imprecisões, o que poderia colocar o grupo em risco dependendo da informação transmitida. Segundo, nesse contexto de compartilhamento de experiências, poderia haver erros intencionais (como mentiras e fofocas) que ameaçariam o bem-estar da organização do grupo, podendo suscitar

episódica) e produziu habilidades que o ser humano não tinha (memória autobiográfica).

discussões e revoltas. Por isso, Jablonka (2017) diz que seria necessário que houvesse uma forma de monitoramento da fonte da informação para evitar esses erros e garantir o bem do grupo. Dessa forma, uma pessoa poderia distinguir de forma mais eficiente memória de imaginação e usar suas próprias memórias para julgar os relatos de outras pessoas.

Para que houvesse esse monitoramento da fonte, a memória deveria adquirir duas características: 1) ser estruturada numa sequência temporal que não apenas favorecesse a narração dos eventos, mas também permitisse localizar os eventos temporalmente entre si; e 2) atribuir as memórias a si mesmo (noção de autonoese – a sensação de que a memória pertence ao passado da pessoa (Tulving, 2005)). Paralelamente, Mahr e Csibra (2018) argumentam que essas duas características da memória não teriam muita (ou nenhuma) utilidade na tomada de decisão e planejamento do futuro. Antes, elas parecem essenciais em contextos comunicativos justamente por servirem como monitoramento da fonte. Dessa forma, se alguém apresentar um relato de uma experiência, mas eu estava presente e vi algo diferente, eu vou acreditar mais na minha memória do que no relato alheio porque foi algo que *eu* vi. A autonoese tem essa função de monitoramento de fonte, bem como a estruturação numa sequência temporal, que permite não só localizar melhor a fonte da informação para o indivíduo que lembra, mas para a comunidade ouve o relato de memória poder checar.

Como consequência dessa consciência da fonte da informação por meio da memória, por um lado, os falantes ao dar seus relatos estariam conscientes do julgamento da audiência e seriam cuidados com o que compartilhariam (evitando assim erros intencionais e não intencionais). Por outro lado, a memória permitiria à audiência julgar o relato de outras pessoas com base não apenas em eventos específicos de seu passado, mas também em regularidades daquilo que

experienciaram (evitando os mesmos tipos de erros) (Mahr & Csibra, 2018).

E o que fazer com o argumento de de Brigard? Se a memória serve como monitoramento de fonte de informação em contextos comunicativos, por que, ainda assim, ela apresenta tantos erros? Jablonka (2017) responde dizendo que a memória tem várias funções. Esse monitoramento da fonte é importante em contextos comunicativos. Mas tomada de decisão e planejamento do futuro seguem sendo funções da memória e, por isso, ela precisa ser flexível e ter um caráter construtivo, se adaptando a diversos contextos. Nesse caso, para evitar maiores problemas para a comunidade, seria necessária uma regulação da prática de troca de experiências tanto na estrutura social quanto na linguagem.

Essa função múltipla da linguagem faz todo o sentido no contexto do enativismo radical, já que a memória é entendida, nessa perspectiva, como uma ação/habilidade que, tal como movimento das mãos, pode ser usado para vários propósitos. E, como visto na *seção 1* deste ensaio, pode ser influenciada por práticas sociais como a linguagem, alcançando novas funções. Neste caso, segundo a hipótese da Jablonka (2017) e de Mahr e Csibra (2018), a memória ganha duas características (estrutura temporal e autonoese) que lhe permitem assumir a função de monitoramento da fonte em contextos comunicativos.

No entanto, apesar dessa hipótese da relação da memória com a comunicação a partir de seu contexto filogenético ser bastante interessante, tem-se pouca evidência para ela na história evolutiva. Contudo, quando levamos em conta o contexto ontogenético, as evidências são mais abundantes. É o que será apresentado na próxima e última seção.

O desenvolvimento da memória humana e o papel da linguagem

Antes de falar sobre o processo ontogenético pelo qual a memória se molda pelo uso da linguagem, é importante ressaltar que processos ontogenéticos e filogenéticos funcionam num ciclo de retroalimentação (Jablonka, 2003; Laland & O'Brien, 2011). O que significa que processos ontogenéticos provavelmente similares aos que serão descritos a seguir ocorreram e resultaram no desenvolvimento da estrutura temporal e na autonoese na memória episódica. O desenvolvimento dessas características ocorreu em um contexto de necessidade comunicativa, como abordado na seção anterior, e por meio dele, foram melhorando esses dois aspectos da memória, em ciclos de retroalimentação. Ciclos assim que teriam resultado no aprimoramento da memória conforme a hipótese apresentada de Jablonka (2017).

Voltando à memória ao longo do desenvolvimento humano, se o enativismo radical estiver certo, crianças pré-lingüísticas não têm representações (Rolla, 2022). Isso leva à conclusão de que antes da aquisição da linguagem, bebês teriam apenas memória episódica pura. Isso parece ser evidenciado pelo teste A não B proposto por Piaget e retestado e reformulado desde então. Nesse teste, duas caixas são postas diante de um bebê e um objeto é posto sempre na caixa A. Na última vez, ele é posto na caixa B. Espera-se algum tempo e o bebê é incentivado a procurar o objeto. Interessantemente, o bebê procura na caixa A (onde o objeto foi repetidamente posto) e não na caixa B (onde ele foi posto pela última vez) a menos que alguma alteração seja feita no ambiente ou no bebê (Barrett, 2011). Isso parece indicar que a memória do bebê valoriza regularidades para guiar o comportamento dele, o que está totalmente de acordo com a explicação de como a memória episódica pura funcionaria na psicologia ecológica, segundo van Woerkum (2021): calibrando o sistema sensório-

motor por meio de conjuntos de regularidades no ambiente (ver seção 2).

No entanto, quando o bebê adquire capacidades linguísticas, adultos ao redor dele começam a colocá-lo em situação de compartilhar experiências. E essa prática é guiada pelos adultos (normalmente os pais), de modo que a memória adquira um direcionamento para a verdade. Observe os seguintes exemplos de interações reais entre mãe (M) e criança (C):

Exemplo 1:

M: Que outros animais nós vimos no circo?

C: Uma girafa.

M: Não, nós não vimos uma girafa no circo. Quem foi que nós vimos que parecia engraçado? Lembra do rinoceronte?
[...]

M: O que mais nós vimos no circo?

C: Ahn... uma girafa.

M: Não, não vimos. [...]

Exemplo 2:

M: O que Mamãe encontrou pra você que você trouxe pra casa?

C: Pedras.

M: Isso! Nós pegamos umas pedras, né?

C: E chapéus de bombeiro.

M: E chapéus de bombeiro? Isso! Tá certo! Aqueles pequeninos chapéus de bombeiro. Eu tinha esquecido deles. Onde você os conseguiu?

C: Do vovô e da vovó.

M: O vovô e a vovó os deram pra você. (Fivush & Nelson, 2006, p. 239, tradução minha).

No primeiro exemplo, a mãe explica para a criança que a memória da criança estava equivocada e rapidamente apresenta o que de fato ocorreu. No segundo exemplo, a mãe reforça a narrativa da criança ao repeti-la e acrescentar alguns detalhes e questões. Como consequência de tais interações sociais envolvendo a linguagem a criança começa a julgar suas próprias memórias como verdadeiras ou falsas. Não apenas seus relatos são verdadeiros ou falsos, mas suas memórias passam a ser assim. Em outras palavras, a memória adquire condições de verdade/acurácia.

Fivush (2011) defende que por meio dessas interações, a criança organiza sua memória em narrativas, o que lhe confere a estrutura temporal. Isso faz com que por volta dos três anos a criança já seja capaz de organizar suas memórias em scripts. Porém, ela ainda não é capaz de atribuir sua memória a si mesma, não possuindo autonoese (Jablonka, 2017). Essa característica surge na memória por volta dos cinco anos de idade. Fivush (2019) acredita que essa atribuição da memória a si seja resultado do compartilhamento de experiências a partir dos pensamentos internos da criança e de conexões causais. Trocando em miúdos, ao ser requerido pelos adultos a falar de seus sentimentos e pensamentos e sua relação com eventos do passado, a criança é capaz de conectar o evento passado com seu eu do passado e este com seu eu presente.

Além disso, corroborando a hipótese de Jablonka (2017) vista na seção anterior, na mesma idade em que adquirem a autonoese na memória, as crianças também começam a usar a memória como recurso epistêmico para monitoramento da fonte de informação. Mahr e Csibra (2021), por exemplo,

apresentaram evidências de que antes dos cinco anos quando um adulto discorda de uma criança, a criança tende a aceitar o veredito do adulto. Porém, após essa idade, a criança tende a manter seu relato contra o de adultos quando foi algo que ela presenciou. A memória, então, é adquire um caráter de confiabilidade maior que relato de terceiros. Além disso, por volta dessa idade também crianças passam a usar a memória como base para suas afirmações sobre o mundo. Algo como: “é assim porque eu vi”. Antes disso, as crianças sabiam, mas não conseguiam associar a informação a sua fonte (Mahr *et al*, 2021).

Uma análise dos processos ontogenéticos envolvendo a memória, portanto, serve como evidência para a proposta evolutiva de que a memória adquiriu condições de satisfação a partir da influência de atividades comunicativas envolvendo a linguagem. Especialmente considerando que os processos ontogenéticos e filogenéticos estão em ciclo de retroalimentação, os processos ontogenéticos em que a linguagem molda a memória são indicativos dos processos evolutivos que vêm moldando a memória nos últimos milênios. Além disso, esses processos ontogenéticos servem para ilustrar como os processos filogenéticos funcionaram ao longo dos anos.

Dessa forma, a linguagem molda a memória episódica pura e a transforma numa memória autobiográfica (como Jablonka e Fivush a chamam). A memória autobiográfica apresenta uma estrutura temporal que facilita a narração da memória além de apresentar autonoese. Ambas as características servem como base para que a memória adquira uma nova função decorrente de seu uso pela linguagem em contextos comunicativos: o monitoramento da fonte da informação relatada. Por meio de interações linguísticas, que são interações que proporcionam aprendizagem social em comunidades com cultura linguística, a memória ganha novas

funções. A linguagem se utiliza de algo que o ser humano já tinha (a memória episódica pura) e desenvolve uma habilidade nova (a memória autobiográfica). Dessa forma, além de ser usada para tomada de decisões e planejamento do futuro, a memória passa a ser usada para julgar informações sobre o mundo com base em experiências passadas.

Considerações finais

A proposta enativista radical defende que a cognição básica não representa o mundo. Ou seja, não tem condições de satisfação. Uma dificuldade que tal proposta pode ter é em explicar a memória episódica, em que cenas de eventos passados são construídos. A explicação inicial é a de que as cenas, por si mesmas, não representam o evento passado, mas as usamos para representar o passado. Enativistas radicais, no entanto, não esclarecem como cenas não representacionais passam ter conteúdo representacional. Influenciado por Barrett (2011), muitos sugeriram que a linguagem tem a capacidade de moldar processos cognitivos já existentes, criando novas habilidades. As explicações mais comuns, advindas de Jablonka (2017) e Mahr e Csibra (2018) e adotadas por enativistas, são as de que processos evolutivos envolvendo a linguagem e práticas comunicativas acabaram por moldar a memória episódica de modo a dar-lhe uma estrutura temporal e um aspecto autonoético. Ambas essas características permitem que a memória episódica represente eventos passados. No entanto, essas explicações carecem de evidências mais sólidas. Por isso, neste ensaio eu trouxe evidências ontogenéticas para a perspectiva enativista acerca da memória. Essas evidências sugerem que a estrutura temporal da memória e a autonoese são adquiridas a partir de práticas comunicativas. Além disso, essas práticas introduzem regras para a memória episódica que servem como condições

de satisfação para ela e, portanto, a moldam de modo a atribuir condições de satisfação a elas.

Referências

- ADDIS, D. R. Mental time travel? A neurocognitive model of event simulation. *Review of Philosophy and Psychology*, v. 11, n. 2, 2020, p. 233-259. <https://doi.org/10.1007/s13164-020-00470-0>
- BARRETT, L. *Beyond the brain*: how body and environment shape animal and human minds. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- CARAVÀ, M. An exploration into enactive forms of forgetting. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, v. 20, 2021, p. 703-722. <https://doi.org/10.1007/s11097-020-09670-6>
- CARDOSO, R.; OTTONI, E. The effects of tradition in problem solving by two wild populations of bearded capuchin monkeys in a probing task. *Biology Letters*, v. 12, 2016, p.20160604. <https://doi.org/10.1098/rsbl.2016.0604>
- CARVALHO, E.; ROLLA, G. An Enactive-Ecological Approach to Information and Uncertainty. *Frontiers in Psychology*, v. 11, 2020, p. 1-11. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.00588>
- CHENG, S.; WERNING, M.; SUDDENDORF, T. Dissociating memory traces and scenario construction in Mental Time Travel. *Neuroscience and Behavioral Reviews*, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.neubiorev.2015.11.011>
- CLARK, A. *Being There*: putting brain, body, and world together again. Cambridge: MIT Press, 1997.
- DE BRIGARD, F. Is memory for remembering? Recollection as a form of episodic hypothetical thinking. *Synthese*, v. 191, n. 2, 2014 p. 155-185.
- FIVUSH, R.; NELSON, K. Parent-child reminiscing locates the self in the past. *British Journal of Developmental Psychology*, v. 24, 2006, p. 235-251. <https://doi.org/10.1348/026151005X57747>

FIVUSH, R. The development of autobiographical memory. *Annu Rev Psychol* v. 62, 2011, p. 559–582. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.121208.131702>

FIVUSH, R. *Family narratives and the development of an autobiographical self: social and cultural perspectives on autobiographical memory*. London: Routledge, 2019.

FRAGASZY, D.; PERRY, S. Towards a biology of traditions. In: Fragaszy, D.; Perry, S. (eds.). *The biology of traditions: models and evidence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

FRAGASZY D. M.; BIRO D.; ESHCHAR Y.; HUMLE T.; IZAR P.; RESENDE B.; VISALBERGHI E. The fourth dimension of tool use: temporally enduring artefacts aid primates learning to use tools. *Phil. Trans. R. Soc.B.* v. 368, 2013, p. 20120410. <http://doi.org/10.1098/rstb.2012.0410>

HUFFMAN, M. A.; NAHALLAGE, C. A.; LECA, J. B. (2008). Cultured monkeys: social learning cast in stones. *Current Directions in Psychological Science*, v. 17, n. 6, 2008, p. 410-414. <https://doi.org/10.1111%2Fj.1467-8721.2008.00616.x>

HUTTO, D. D.; MYIN, E. *Radicalizing enactivism: basic minds without content*. Cambridge: MIT Press, 2013.

HUTTO, D. D.; MYIN, E. *Evolving enactivism: basic minds meet content*. Cambridge: MIT Press, 2017.

JABLONKA, E. Systems of inheritance. In: Oyama, S.; Griffiths, P. E.; Gray, R. D. (ed.). *Cycles of Contingency: Developmental systems and evolution*. Cambridge: MIT Press, 2003.

JABLONKA, E. Collective narratives, false memories, and the origins of autobiographical memory. *Biol Philos* v. 32, 2017 p. 839–853. <https://doi.org/10.1007/s10539-017-9593-z>

LALAND, K. N.; O'BRIEN, M. J. Cultural niche construction: An introduction. *Biological Theory*, v. 6, n. 3, 2011, p. 191-202. <https://doi.org/10.1007/s13752-012-0026-6>

MAHR, J.; CSIBRA, G. Why do we remember? The communicative function of episodic memory. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 41, 2018, p. e1. <https://doi.org/10.1017/S0140525X17000012>

MAHR, J.; CSIBRA, G. The effect of source claims on statement believability and speaker accountability. *Mem Cogn* v. 49, 2021, p. 1505–1525. <https://doi.org/10.3758/s13421-021-01186-x>

MAHR, J.; MASCARO, O.; MERCIER, H.; CSIBRA, G. The effect of disagreement in children's source performance. *PLOS ONE*, 2021. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0249958>

MICHAELIAN, K. *Mental time travel*: episodic memory and our knowledge of the personal past. Cambridge: MIT Press, 2016.

ROLLA, G. Radically Enactive High Cognition. *Dissertatio*, v. 47, 2018, p. 26–41. <https://doi.org/10.15210/dissertatio.v47i0.12390>

ROLLA, G. *A mente enativa*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. <https://doi.org/10.22350%2F9786559173341>

ROLLA, G. Do babies represent? On a failed argument for representationalism. *Synthese* v. 200, n. 278, 2022, p. 1-20. <https://doi.org/10.1007/s11229-022-03728-5>

ROLLA, G.; HUFFERMANN, J. Converging enactivisms: radical enactivism meets linguistic bodies. *Adaptive Behavior*, v. 30, n. 4, 2022, p. 345-359. <https://doi.org/10.1177%2F10597123211020782>

SCHOFIELD, D. P.; MCGREW, W. C.; TAKAHASHI, A.; HIRATA, S. Cumulative culture in nonhumans: overlooked findings from Japanese monkeys? *Primates*, v. 59, n. 2, 2018, p. 113-122. <https://doi.org/10.1007/s10329-017-0642-7>

STEREYN, K. Language, gesture, skill: the co-evolutionary foundations of language. *Phil. Trans. R. Soc. B*. v. 367, 2012, p. 2141-2151. <https://doi.org/10.1098/rstb.2012.0116>

STRIKWERDA-BROWN, C.; GRILLI, M. D.; ANDREWS-HANNA, J.; IRISH, M. (2019). "All is not lost" – rethinking the nature of memory and the self in dementia. *Ageing Research Reviews*, v. 54, 2019, p. 100392. <https://doi.org/10.1016/j.arr.2019.100932>

TULVING, E. Episodic memory and autonoesis: uniquely human? In: Terrace, H. & Metcalfe, J. (eds.). *The missing link in cognition: origins of self-reflective consciousness*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

VAN WOERKUM, B. The evolution of episodic-like memory: the importance of biological and ecological constraints. *Biol Philos* v. 36, n. 11, 2021, p. 1-18. <https://doi.org/10.1007/s10539-021-09785-3>

(Submissão: 09/11/23 Aceite: 27/10/24)